

Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco

REGINA HORTA DUARTE*

Resumo: Teófilo Otoni foi uma das figuras de maior destaque na política do Brasil imperial. Atuou em vários eventos políticos decisivos, sempre guiado pelos ideais republicanos. A trajetória política de Otoni tem sido lembrada pela coerência e integridade. Entretanto, a ambigüidade de suas práticas evidencia tensões características das idéias liberais no Brasil oitocentista.

Abstract: Teófilo Otoni was one of the most important politicians in Brazil of the 19th century. He took part in several decisive political events, always driven by the republican ideal. Otoni's political course has been remembered by its coherence and integrity. However, the ambiguity of his practices showed up tensions that were characteristics of the Brazilian liberal ideas of the 1800s.

Palavras-chave: Liberalismo. Republicanismo. Brasil Império.

Key words: Liberalism. Republicanism. Brazil.

A figura de Teófilo Benedito Otoni aparece como uma das mais expressivas personagens da história do Brasil Império, fascinante para seus contemporâneos e para várias gerações que se seguiram no cenário político da sociedade brasileira.¹ Mineiro do Serro, nascido em 1807, veio de uma família de tradições liberais e práticas comerciantes. Ainda muito jovem, viveu alguns anos no Rio de Janeiro como aluno da academia da marinha, época em que teve contato com vários republicanos, tornando-se leitor de Jeffer-

* Professora no Departamento de História da Universidade Federal do Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. E-mail: antonior@net.em.com.br

¹ Sobre Teófilo Otoni, ver: OTONI, Cristiano Benedito. *Biografia de Theóphilo Benedito Otoni*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1970; CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni, ministro do povo*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Teófilo Benedito Otoni: visibilidade e esfera pública no Brasil oitocentista. In: PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação – idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999, p. 165-191; DUARTE, Regina Horta. O Aventureiro de Filadélfia: Theóphilo Otoni e a conquista do Vale do Rio Mucuri. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 4, n. 2.

son e de outros escritos sobre a Revolução Americana e seus ideais. De volta à sua cidade, poucos anos após a Independência, fundou o jornal *A Sentinela do Serro*, cuja epígrafe defendia o direito de rebelião contra os governos tirânicos. Nessa linha de pensamento, foi incansável ativista nos movimentos precedentes à abdicação de D. Pedro I. Na época da Regência, foi entusiasta da descentralização presente no Ato Adicional de 1834, da transformação da justiça pelo Código Penal de 1832, assim como da extinção do Conselho de Estado, medidas estas que apontava como o caminho para uma lenta “republicanização” da sociedade. Em 1842, combateu, aguerrido, contra as forças governistas, sendo preso e anistiado pouco depois. Com a vitória conservadora e o progressivo fechamento dos canais de participação política, voltou-se para o sonho de desbravar o Vale do Rio Mucuri, fundando a cidade de Filadélfia, na qual depositou sonhos de uma terra de imigrantes pioneiros e de apaziguamento dos índios que então ali viviam.² Em 1860, com as transformações no quadro político, voltaria à vida pública, incansável, fortalecido por espantosa popularidade, verdadeiramente adorado por muitos, terror dos conservadores, indesejado por D. Pedro II. Homem polêmico, Otoni sempre foi descrito em lógicas extremadas, guiadas ora pela admiração incondicional, ora pela crítica abrasiva. Mas talvez nas ambigüidades e paradoxos de sua trajetória resida um rico viés de debate das práticas políticas em que sua ação se desenrolou.

Vêm da pena de Joaquim Nabuco alguns dos comentários mais curiosos acerca de Teófilo Benedito Otoni. Segundo o autor de *O Estadista do Império*, no decorrer do processo eleitoral de 1860, Nabuco de Araújo teria previsto que a atitude intolerante e oligárquica dos conservadores ditos vermelhos atrairia bons ventos para Otoni – que então acenava aos eleitores com seu lenço branco e publicara longa e argumentativa *Carta aos Eleitores*. O resultado trouxe o triunfo dos liberais “e esse acontecimento tomou as proporções de uma revolução pacífica, que tivesse finalmente derrubado a oligarquia encastelada no Senado”.³

A significativa vitória eleitoral de Teófilo Otoni e a reputação imensa que o precedia – fazendo dele um verdadeiro mito político – poderiam ter-lhe permitido, na avaliação de Joaquim Nabuco, apos-

² Sobre a história da Companhia do Mucuri, dirigida por Otoni entre 1847 e 1860, ver: DUARTE, Regina Horta. Conquista e civilização nas Minas oitocentista. In: OTONI, Teófilo B. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Edição, apresentação e notas de Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

³ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, v. 1, p. 422.

sar-se do governo, dominando a Câmara e curvando o Imperador “diante de sua popularidade”. Entretanto, o velho liberal teria se mostrado um “vulcão extinto”, um “homem acabado”, um “anacronismo vivo” diante das novas gerações de políticos. Apegado às mesmas idéias de outras eras, defensor do mesmo cabedal político de 1831, prolixo, difuso e cansativo nos discursos parlamentares, não apresentaria em suas faculdades intelectuais a plasticidade necessária para perceber a novidade daquele momento político, que demandava outros sentidos e outros objetivos. Centro das rodas de moços que o admiravam, Otoni transformara-se, segundo nosso comentarista, em um “autômato de seu próprio nome”.

Tais críticas não ligavam Joaquim Nabuco a tantos outros que, ao longo de décadas, buscaram denegrir o nome do histórico liberal, seja pelo recurso ao conteúdo pejorativo do termo “luzia” – que assombrava os conservadores puritanos – seja pelas várias investidas de ligar seu nome a eventos sombrios – como no caso do escândalo denunciado pelo viajante Robert Avé-Lallemant, em relação à suposta responsabilidade direta de Otoni pelas condições sub-humanas enfrentadas pelos imigrantes que mandara agenciar na Europa, para trabalhos na Companhia do Vale do Mucuri, da qual foi diretor entre 1847 e 1860.⁴ Afastando-se desses tipos de acusação, Nabuco tempera sua crítica com a consideração da generosidade, do cavalheirismo e da amabilidade que faziam daquele liberal um homem estimado pela imensa maioria de seus contemporâneos. Em *Minha Formação*, menciona Otoni como mito de sua geração, modelo vivo para uma juventude entusiasmada com a construção de novos caminhos políticos. Para o estudante Joaquim, então com cerca de quinze anos, constituía um verdadeiro desvanecimento “descer e subir a rua do Ouvidor de braço com Teófilo Otoni”, naqueles primeiros anos da década de 1860.⁵

Suas considerações diferenciam-se, pois, tanto do exagero das acusações imprecisas, quanto das louvações estéreis de Otoni como modelo de perfeição política.⁶ Afastando-se dessas visões, que de tão

⁴ AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe* (1859). Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia: Edusp, 1980, p. 138-168.

⁵ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1970, p. 11.

⁶ Este modelo apresentou-se marcante a ponto de ser retomado décadas depois, quando dos debates políticos dos anos 1940. Exemplos disso seriam a biografia de Otoni escrita pelo mineiro Paulo Pinheiro Chagas, em 1943, além da explícita apropriação do lenço branco pelos udenistas nas campanhas do brigadeiro Eduardo Gomes. Ver: CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Otoni, ministro do povo...* Sobre a UDN e o lenço branco de Otoni, consultar: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo – ambigüidades do liberalismo brasileiro* (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

disparatadas acabam por se amalgamar em um mesmo tipo de lógica, Joaquim Nabuco toca em um aspecto importante da prática política, na qual emerge uma tensão entre a coerência de princípios estabelecidos e a capacidade de mudança, entre constância e transformação. Aqui adentramos um campo de reflexão no qual a política aparece explicitamente como uma atividade que se realiza no devir, na qual o homem se depara com a temporalidade e, portanto, com a finitude, com o erro, com a contingência, mas também com a criação.

A crítica de Nabuco à ausência de plasticidade na trajetória política de Otoni ganha maior interesse à medida que este liberal sempre se apresentou como um homem público no qual a perenidade de concepções consistia em uma de suas maiores qualidades. Se pensarmos na afinidade apontada por Hannah Arendt entre as artes de realização (como a dança e a música,⁷ que envolvem necessariamente uma *performance* apresentada a uma audiência) e a política – pois em todas elas a ação se amalgama à obra final – percebemos como Otoni, ao apresentar-se aos eleitores, ao dirigir-se às autoridades, ao escrever nos jornais, ao discursar no parlamento, exhibe como virtude política a sua verdadeira obsessão pela coerência, definindo-a como “o brasão de sua fidalguia política”.

Um exemplo dessa postura pode ser facilmente dado se visitarmos as páginas da *Circular Dedicada aos srs. Eleitores pela Província de Minas Gerais*, espécie de programa político e propaganda eleitoral publicada em 1860, às vésperas da eleição para a Câmara de Deputados, na qual concorria a uma vaga. Logo na dedicatória aos eleitores, Otoni avisa que a publicação privilegia, com o objetivo de conquistar a confiança de seus co-provincianos, uma exposição da sua vida política, assim como um juízo crítico acerca dos acontecimentos nos quais tomara parte. Em uma abordagem que se quer histórica, mistura o passado da Nação ao de sua própria vida. Nessa linha de raciocínio, dá relevância a marcos como 1822, 1831, 1842 e 1848 apontando tais datas como decisivas e destacando nelas sua atuação. Sua exposição não se detém em aspectos da vida privada: nenhuma palavra sobre sentimentos íntimos, nenhuma confissão pessoal. O que se apresenta é a trajetória do homem público, numa clara intenção de demonstrar coerência de princípios de defesa da liberdade e da constitucionalidade, contrapondo-se a vários outros que se tinham formado no liberalismo republicano e se encontravam em situação bem diversa no momento da publicação da Circular, como Joaquim José Rodrigues Torres e Francisco Salles Torres Homem.

⁷ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva: 1982, p. 200.

A todo o momento, a *Circular* abre repetidos parênteses nos quais quebra sua narrativa para transcrever longos trechos de artigos e discursos feitos anteriormente pelo autor. Otoni encaminha todo seu esforço de argumentação para exibir, orgulhosamente, a permanência de suas idéias. É como se toda a sua trajetória, toda a sua experiência viesse apenas confirmar posições inicialmente adotadas, idéias às quais aderira precocemente. Na história ali contada, o decorrer do tempo não é vivido como invenção de caminhos a serem trilhados, mas apenas como confirmação da verdade de princípios definidos *a priori*. Os acontecimentos são medidos e avaliados segundo neguem ou confirmem uma razão já revelada, trazendo a vitória de princípios verdadeiros ou mantendo tradições arcaicas e vazias, alinhando ou descompassando o Brasil em relação à América do Norte, grande referência política de Otoni.

A tradição ibérica é vista pelo viés da negatividade: trezentos anos de escravidão, de despotismo, de ignorância e falta de instrução impediam o alcance do “nível dos americanos do norte”. O movimento a seguir seria o de uma marcha segura para a “republicanização” gradual das instituições em direção “ao estado de perfeição e felicidade a que se elevou a pátria dos Washington, dos Jefferson e dos Franklin”. E como bom latinista que era – já que todos os seus textos trazem uma pletora de citações latinas – Otoni provavelmente atentava para o sentido de *perfectus*, a saber, “feito até o fim”, “acabado, terminado”. A existência de um lugar, onde tal completude já se configurara como realidade, trazia a garantia da validade e pertinência de tais ideais.⁸

Seduzido frente a uma América apresentada como ideal e mesmo infalível em suas opções,⁹ Otoni preconizava a necessidade da fundação de uma república no Brasil, a partir de seu modelo. Mas se esta ação havia sido várias vezes adiada em função das dificuldades enfrentadas, nosso autor passa a delinear a manutenção desses ideais como uma luta de caráter moral a ser travada no interior de em cada homem, de cada político. Se no Brasil não havia uma república a ser defendida das ameaças de corrupção contra as quais todos deveriam estar alerta, urgia cuidar para que não se corrompessem os ideais republicanos presentes nas práticas de cada político liberal do

⁸ OTTONI, Theóphilo B. *Circular dedicada aos srs. Eleitores pela provincia de Minas Geraes e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo 2 districto eleitoral da mesma provincia para a proxima legislatura pelo ex-deputado Theophilo Benedicto Ottoni, 1860*. São Paulo: Estabelecimento Graphico Irmãos Ferraz, 1930, p. 21-24.

⁹ Um dos seus argumentos para justificar sua adesão à opção monárquica após 1831 seria o de que “se os patriarcas da liberdade americana tivessem nas atuais circunstâncias o leme dos negócios do Brasil, eles nos encaminhariam assim”. Ottoni, *Circular...*, p. 23.

Império. Daí o lenço branco que acena nas ruas, sinal de que durante toda a sua trajetória, ele não precisara “limpar” nada, que sua vida política permanecia imaculada em um meio em que tantos se desvirtuaram, passando mesmo a ostentar títulos de nobreza. Ele, Teófilo Otoni, permanecia incólume, incorruptível, como a verdadeira república a ser inaugurada. Sua circular delineia um pensamento político estático, completo, acabado, em que aparecem intercaladas e quase indistintas suas falas em momentos diversos, numa narrativa em que um homem parece se apresentar alheio ao devir, à experiência, ao amadurecimento político, porque sua descoberta da verdade a ser cumprida guia seus passos através dos acontecimentos. O tempo da vida política de Otoni é um “não tempo”, no qual a permanência e a imutabilidade apresentam-se como formas de resistir à corrupção e como garantia contra os perigos e efeitos destruidores do devir. A experiência e as práticas políticas não aparecem como “resultado de uma ação humana localizada no tempo”, mas sim como “o desenvolvimento da essência eterna de um povo”,¹⁰ constituindo uma forma de pensar na qual a auto-instituição da sociedade é obscurecida. Atribuindo o constante adiamento da fundação da república no Brasil às repetidas contingências da fortuna, que obstaculizariam o cumprimento da história, Otoni não ousa repensar as ações dos republicanos no Brasil daqueles anos, não elabora uma reflexão sobre as instituições do período regencial, sacrificando qualquer chance de adaptação ao fluxo incessante do tempo em nome de sua obsessão pela coerência e, provavelmente, em resposta ao terror que o caráter finito da ação humana pudesse lhe inspirar.

Ao correr de sua pena, Otoni construiria para si a imagem de um político especialmente distinto entre os liberais, oferecendo seu nome não apenas como o de um homem a quem se confia um voto, mas também como o de um exemplo político. Mas tão importante quanto analisar os meandros da sua retórica para o convencimento de seus contemporâneos, torna-se essencial refletir sobre o porquê do sucesso de seus argumentos entre eles. Seus escritos encontraram inegável ressonância. Mesmo Joaquim Nabuco, ao apontar seus limites, considerando-o como figura de menor consistência do que a atribuída pela fama, reconhecia sua popularidade, seu carisma, a influência que exercia. Por isso, podemos dizer que as práticas de Otoni não nos dizem apenas sobre seu autor, mas também sobre a sociedade que o legitimou, repetidamente, como representante político. Temas caros ao liberal mineiro, como o governo representativo e a descentralização, apresentaram-se como questões vibrantes no cenário político oitocentista.

¹⁰ BIGNOTTO, N. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 101, 129, 137.

Com a vitória conservadora nos anos 1840, o debate em torno da descentralização só voltaria a assumir destaque na década de 1860. Ela seria arduamente defendida por Otoni em discurso ao Senado, em junho de 1864, quando da elaboração do programa do Partido Progressista. Definindo-se como “liberal de todos os tempos, liberal dos tempos antigos”,¹¹ advogava a verdade do Ato Adicional de 1834 e as várias atribuições então conferidas aos governos provinciais como forma de garantir o direito e a iniciativa das localidades, aumentando as possibilidades de uma boa administração e de maior liberdade para os cidadãos. Nos anos que se seguiram, esse foi um dos temas mais marcantes do debate político imperial, com a atuação de figuras do vulto do visconde de Uruguai – defensor da centralização e de uma atuação pedagógica do Estado – e de Tavares Bastos. Para este último, a descentralização, através do federalismo, era a própria liberdade, pois o poder central matava a iniciativa das localidades e seus habitantes, obstaculizando o desenvolvimento da prática da cidadania. Tal argumento apoiava-se, como nos mostra José Murilo de Carvalho,¹² no apelo às demandas de liberdade. Entretanto, na sociedade imperial hierárquica, oligárquica e dominada por grandes proprietários rurais, a descentralização acabou por significar o domínio da arbitrariedade, da desigualdade e da hierarquia, reforçando ainda mais o despotismo do poder privado.

Subsidiando a identificação entre descentralização e liberdade, encontrava-se a correspondência entre autogoverno e regime representativo. O *self-government* provinha da tradição federalista jeffersoniana, expressão da liberdade individual e do igualitarismo das sociedades de pioneiros na América.¹³

A representação foi um princípio precioso para Teófilo Otoni. Para esse tema convergem sua defesa do Código Penal de 1832 – que instituiu a eleição direta do Juiz de Paz em cada município –, seus ataques ao Poder Moderador estabelecido pela Constituição de 1824 assim como sua insistência em criticar a Lei de 3 de dezembro de 1841. Esta, ao alterar o Código Penal, concedera imensos poderes ao ministério, invadindo as garantias individuais dos cidadãos e – segundo suas palavras – tornando impossível viver com o nome de nação livre. Entretanto, ao equiparar a representa-

¹¹ Otoni, *Discurso do Senador Theophilo Benedicto Ottoni proferido na sessão de 7 de junho de 1864*, p. 7.

¹² CARVALHO, José Murilo de. Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento. In: —. *Pontos e bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 182.

¹³ Carvalho, *ibid.*, p. 181.

ção ao autogoverno, silenciava-se absolutamente acerca da desigualdade entre os cidadãos que viviam no Império do Brasil. Aqui não se trata nem mesmo de pensar na estrondosa exclusão de negros escravos e mulheres. Basta invocarmos a imensa parcela de homens brasileiros, detentores de direitos civis, aos quais eram negados os direitos políticos: os cidadãos passivos, definidos pela Constituição de 1824 pela não comprovação de renda líquida mínima anual de 100\$000 por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Se a identificação entre a liberdade e a descentralização encontrou sua “prova dos nove” na forte hierarquia em que a sociedade imperial se instituiu, a correspondência entre representação e autogoverno deparar-se-ia com a realidade da exclusão de inúmeros setores da população do Brasil, aos quais se atribuía inaptidão e despreparo para a prática política.

Tal impasse se apresenta, por exemplo, na postura de Otoni em relação aos eventos em torno da Abdicação. Jurando idéias de liberdade “sobre o sangue dos Canecas e dos Ratecliffs”, acabou por aliar-se aos moderados na manutenção da monarquia. E por quê? Pelo medo do risco trazido pelos “mais perigosos instintos da nossa sociedade”. Pelo temor da ameaça representada por “soldados indisciplinados”. Pela “impetuosa torrente da anarquia”.¹⁴ Diante das contingências que se apresentaram naqueles momentos de grande tensão, justificou o aceite do princípio monárquico – com a devida incorporação de alguns princípios democráticos básicos – em função do perigo do despotismo da turba.

Em relação a essa massa, liberais como Otoni não defendiam sua inclusão imediata na cena política. Apenas acenavam com a possibilidade futura de, a partir da instrução, da educação civilizadoras e do combate à sua barbárie, levá-los ao alcance de uma vida de fixidez suficiente para que atingissem uma renda mínima regular, previsível e comprovada. Só assim seriam aceitos como iguais e teriam acesso aos direitos políticos. Aqui relembramos as pertinentes conclusões de Ilmar Mattos,¹⁵ segundo as quais havia diferenças entre liberais e conservadores que os historiadores não podem ignorar. Mas em um ponto eles se igualavam: o sentimento aristocrático, do qual se desdobrava a imagem de pertencimento à “boa sociedade”. Essa é a lógica do autor da *Circular* ao defender uma “democracia pacífica”, “da classe média”, uma “democracia de gravata lavada”. Apontando a instrução como saída para uma

¹⁴ Otoni, *Circular aos eleitores...*, p. 19, 20.

¹⁵ MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 103-128.

futura inclusão política da população – que a seus olhos e aos de seus contemporâneos encontrava-se mergulhada na barbárie e na ignorância – Otoni afina-se ao coro de todos os liberais no Brasil Imperial – fossem luzias ou saquaremas – segundo o qual o conhecimento adquirido equivalia ao discernimento político e a instrução aparecia como único instrumento capacitador da população excluída ao exercício da ação política. Essa visão, tão arraigada nos debates sobre a democracia, desde o século XIX até nossa contemporaneidade, pode ser contrastada se tão somente lançarmos um olhar sobre a sociedade ateniense democrática. Ali, como nos mostra Moses Finley, a educação para a cidadania ocorria quando um jovem ia à Assembléia, quando debatia, avaliava, escolhia, repensava sua idéia e postura, propunha projetos ou soluções. O discernimento e a aptidão para a política se adquiriam na experiência, na vivência e no tempo da ação.¹⁶

Ao se apresentar como um defensor da liberdade dos antigos, Otoni recuperaria, nesta tradição, um sentido especial para o princípio da liberdade, razão de ser da política, diferente da liberdade íntima e individual. Ao lutar pela descentralização, visava criar situações de maior participação política. Na defesa da representação, empenhava-se pela construção de práticas de cidadania, valorizando a ação política como condição de constituição da liberdade na convivência entre os homens. Entretanto, delineia-se uma tensão entre essa concepção antiga de liberdade, interligada à política e experimentada na ação, e a moderna idéia liberal da interdependência entre liberdade e segurança. Espremido entre essas diferentes concepções, Otoni acabaria por privilegiar, na prática, a segunda, apesar de muitas vezes defender, teoricamente, a primeira.

*

Chegando aqui a ponto de concluirmos, poderíamos prever a indignação dos nossos leitores. Afinal, qual o sentido de discutir Otoni pelo que lhe falta? Qual a necessidade de se criticar tão duramente um dos poucos atores políticos do Império que construiu uma trajetória política de defesa de princípios republicanos? Afinal, poderíamos pensar que ele foi um homem de seu tempo, sendo aquelas as únicas posturas possíveis na época. Mas a essa noção do *habitus*,¹⁷ oporíamos a categoria da liberdade política, na qual os homens são livres ao agir, “ao enfrentar os revezes da contingência

¹⁶ FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 17-90.

¹⁷ Para uma instigante crítica à noção de *habitus* e os problemas envolvidos em sua utilização pelo historiador, ver ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In: *Pierre Bourdieu, sociologia*. São Paulo, Ática, 1980, p. 7-29.

e ao desbravar as possibilidades que o mundo abre ante ele à guisa de fortuna". A ação política se realiza na "liberdade de chamar à existência o que antes não existia".¹⁸ Nessa linha de pensamento, política, liberdade e criação convergem para a possibilidade da mudança histórica através da ação dos homens no fluxo temporal. Como nos mostra Castoriadis, sendo a história sempre história para nós e, portanto, uma reflexão interessada, "não existimos para dizer o que é, mas para fazer ser o que não é".¹⁹

Na verdade, *Otoni foi um homem para além de seu tempo*, já que foi capaz de re-significar o conceito de liberdade antiga, amalgamando-o à dimensão política na discussão dos problemas do Brasil de então. Mas sua paralisia frente ao devir, seu temor dos riscos envolvidos na ação levaram-no a passar sua vida tentando provar a seus contemporâneos a sua coerência, acenando-lhes pelas ruas com um lenço branco. Talvez essa obsessão decorresse do sentimento íntimo de seus paradoxos e de uma urgência em convencer a si mesmo tanto da sua fidelidade aos ideais republicanos quanto de sua diferença em relação aos conservadores aos quais se opunha. Mais do que construir uma imagem de Otoni a partir do que ele não fez, interessa-nos indagar sobre os dilemas que enfrentou, as escolhas que fez e a necessidade de se aceitar o risco como componente positivo da atividade política.

Os acontecimentos, diz-nos Hannah Arendt, irrompem muitas vezes como improbabilidade infinita, possuindo impactos que nunca são inteiramente explicáveis. São como milagres, isto é, algo que não poderia ser esperado. Cabe à nossa ação, em nosso tempo, o estabelecimento de uma ruptura com a tradição histórica da sociedade brasileira marcada pela hierarquia e pela exclusão. Isso seria verdadeiramente um milagre. Frente ao pessimismo, à apatia e à inércia que tantas vezes predominam diante dos males que nos afligem e que insistem em perdurar, afirmar o devir e a possibilidade de criação implica a ousadia e o compromisso de inventar outros rumos para nossa sociedade e de nela inaugurar outras práticas políticas.

¹⁸ Arendt, *Entre o passado e o futuro...*, p. 198.

¹⁹ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 197.